

1 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
2 **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO 2014**

3 Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e quatorze, no Auditório Valdir Arcoverde, da
4 Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, em Fortaleza, realizou-se a sétima Reunião Ordinária
5 do ano de dois mil e quatorze da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único Saúde do
6 Ceará, com a presença dos seguintes membros: Representando a SESA, a Secretária Adjunta da
7 Saúde, Lilian Alves Amorim Beltrão e os **titulares**: Vera Maria Câmara Coelho, Coordenadora
8 de Políticas de Saúde; Melânia Ximenes Castro, Coordenadora de Regulação, Controle,
9 Avaliação e Auditoria e Mariano de Araújo Freitas, Assessor Técnico do Gabinete do Secretário
10 e Ivana Cristina de Holanda Cunha Barreto, Superintendente da Escola de Saúde Pública do
11 Ceará. Como **Suplentes**, compareceram, Ana Virgínia de Castro da Justa, Supervisora do Núcleo
12 de Atenção Primária da SESA; Gláucia Maria dos Reis Norões, Supervisora do Núcleo de
13 Vigilância Ambiental; Regina Célia de Alencar Ribeiro, Técnica do Núcleo de Auditoria; Nágela
14 Maria dos Reis Norões, técnica da CORES; Alexandre José Mont'Alverne Silva, Supervisor do
15 Núcleo de Urgência e Emergência; e Ana Paula Girão Lessa, Ouvidora da SESA. Representado
16 os Municípios, os Membros **Titulares**: Wilames Freire Ribeiro, Secretário Municipal de Saúde
17 de Aquiraz, Presidente do COSEMS e Vice-Presidente da CIB/CE; Ângelo Luis Leite Nóbrega,
18 Secretário de Saúde de São Gonçalo do Amarante; Tatyana Nunes Duarte, Secretária de Saúde de
19 Jaguaribe; Alexandre Almino de Alencar, Secretário de Saúde de Araripe e Rogério Teixeira
20 Cunha, Secretário de Saúde de Bela Cruz. Como **Suplentes**, compareceram, Josete Malheiro
21 Tavares, Secretário Municipal de Saúde de Horizonte e Vice Presidente do COSEMS; Maria
22 Vaudelice Mota, Coordenadora de Regulação, Controle Avaliação e Auditoria – SMS Fortaleza;
23 Francisco Torcápio Vieira, Secretário Municipal de Saúde de Maracanaú; Fernando Wilson
24 Fernandes Silva, Secretário de Saúde de Várzea Alegre; Francimones Rolim de Albuquerque,
25 Secretária de Saúde de Jaguaribara. Presentes, os Prefeitos, João Francismar Dias, do município
26 de Pereiro e Francisco Nilson Diniz, do município de Cedro, além de outros Secretários
27 Municipais de Saúde, técnicos responsáveis por Coordenadorias e Núcleos da SESA,
28 Coordenadores de Células Regionais da SESA, profissionais das Secretarias Municipais de
29 Saúde e do COSEMS e demais pessoas interessadas, com registro em listas de presença. A
30 Assembleia foi aberta pela Secretária Executiva da CIB, **Vera Coelho**, que cumprimentou os
31 presentes e verificando a existência de quorum, abriu os trabalhos informando a quantidade de
32 itens normais, a exclusão do **item 1.2. Educação Permanente: Solicitação de alteração nas**
33 **modalidades dos cursos para a 19ª. CRES e remanejamento de recursos financeiros, das**
34 **Resoluções da CIB/CE N.ºs. 436/2009, 450/2009, 192/2011 e 193/2011, conforme demanda**
35 **apresentada pela CIES Macrorregião Cariri** e a inclusão de itens extra-pauta que serão
36 apreciados no final. Ainda com a palavra, **Vera** passa a dar os informes da pauta: **1º informe:**
37 **Ofício Circular N.º. 12/2014/CGAFB/DAF/SCTIE-MS**, do Ministério da Saúde, que solicita
38 apoio na divulgação da **Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso**
39 **Racional de Medicamentos (PNAUM)**, instituída pela Portaria GM/MS N.º. 2.077, de setembro
40 de 2012 que trabalha dois componentes: **Inquérito e Serviço**. Diz que no Ceará foram
41 inicialmente selecionados 4 municípios: Brejo Santo, Ipu, Forquilha, e Palmácia e que após essa
42 etapa, foram sorteados aleatoriamente 300 municípios brasileiros, entre eles 8 municípios
43 cearenses: Fortaleza, Caucaia, Beberibe, Ibiapina, Orós, Pereiro, Choró e Aratuba, que receberão
44 entrevistadores em suas Unidades Básicas de Saúde para a realização da coleta de dados. A
45 previsão do início do trabalho de campo nas UBS é para o início de agosto de 2014, no qual a
46 equipe estará atuando simultaneamente em todas as regiões do Brasil. Para quem quiser obter
47 maiores informações se comunicar pelo e-mail pnaum@saude.gov.br” **2º Informe:** Declaração
48 de Incentivo ao PACS e PSF pendente na CIB por falta de assinatura dos Secretários de Saúde:
49 Croata, Pacajus, e Tejuçuoca. **3º Informe:** **Ordens de Serviços e Atestados de Conclusão de**
50 **Edificações encaminhados à Secretaria Executiva da CIB, para conhecimento, conforme**
51 **estabelecido na Portaria GM/MS N.º. 1.401, de 15 de junho de 2011 e nas Portarias GM/MS N.º.**
52 **339, 340 e 341 de 04 de março de 2013.** • **Atestado de Conclusão de UBSF:** 01(uma) em

53 Aratuba, 02(duas) em Nova Russas, 01(uma) em Potengi, 01(uma) em Quixeramobim e 01(uma)
54 em Sobral. ●**Atestado de Conclusão de Academia da Saúde:** 01(uma) em Crateús, 01(uma) em
55 Groaíras, 01(uma) em Jaguaruana, 02 (duas) em Ocara e 01(uma) em Quixeramobim. ●**Ordens**
56 **de Serviço de Construção de Academia da Saúde:** 02 (duas) em Caucaia, 01 (uma) em
57 Groaíras e 01 (uma) em Pacatuba. ●**Ordens de Serviço de Construção de UBSF:** 03 (três) em
58 Baturité, 02 (duas) em Boa Viagem, 01(uma) em Brejo Santo, 01(uma) em Groaíras, 01(uma) em
59 Ibaretama, 01(uma) em Jaguaribe, 04 (quatro) em Maranguape, 01(uma) em Moraújo, 01 (uma)
60 em Milagres, 01(uma) em Nova Russas, 02 (duas) em Ocara, 03(três) em Parambu, 01(uma) em
61 Pacatuba, 01(uma) em Poranga, 04 (quatro) em Pacajus, 02(duas) em Piquet Carneiro, 05 (cinco)
62 em Quixadá, 03 (três) em Reriutaba e 01(uma) em Santana do Acaraú. ●**Ordens de Serviço de**
63 **Reforma de UBSF:** 02 (duas) em Boa Viagem, 03 (três) em Baturité, 06(seis) em Coreaú,
64 01(uma) em Frecheirinha, 01 (uma) em Itapiúna, 04(quatro) em Maracanaú, 01(uma) em
65 Maranguape, 03 (três) em Pacajuss, 01(uma) em Quixadá, 01(uma) em Reriutaba e 01(uma) em
66 Santana do Acaraú. ●**Ordens de Serviço de Ampliação de UBSF:** 03 (três) em Aracoíaba,
67 02(duas) em Boa Viagem, 04 (quatro) em Baturité, 01(uma) em Granjeiro, 05 (cinco) em
68 Ibiapina, 01(uma) em Itarema, 01(uma) em Milhã, 01(uma) em Novo Oriente, 05 (cinco) em
69 Parambu, 01(uma) em Piquet Carneiro, 02 (duas) em Quixadá, 01(uma) em Quixeramobim, 02
70 (duas) em Reriutaba e 03 (três) em Várzea Alegre. Sem mais informes, deu-se início à apreciação
71 dos assuntos da pauta, na seguinte ordem: **Item 1.1. Solicitação do HGF para apresentar**
72 **situação da regulação dos pacientes para o Hospital e discutir critérios que viabilizem as**
73 **referências intermunicipais através da CRESUS.** Lilian informou que o Dr. Zózimo que viria
74 apresentar o assunto, teria ido à reunião ampliada do COSEMS onde teria exposto o tema e por
75 isso entendera que não haveria necessidade de passar na CIB. Assim, o item foi retirado de pauta
76 ficando definido que se o assunto for para ser pactuado, o interessado deverá ser consultado
77 sobre a inclusão do mesmo na próxima reunião dessa Comissão. **Item 1.3. Revisão do Teto do**
78 **Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC)** - Vera conduziu a apresentação da
79 proposta informando da necessidade de se fazer revisão do Teto do Limite Financeiro de Média e
80 Alta Complexidade numa periodicidade máxima de três meses, porque o sistema de PPI do
81 Estado do Ceará é diferente do sistema nacional, o que exige a migração da base de dados do
82 sistema da SESA para o SIS-PPI. Diz que não se deve demorar muito a fazer essa revisão pois
83 torna difícil fazer o encontro de contas entre os dois sistemas e de se chegar à compatibilização
84 das informações, por isso a revisão seria feita na periodicidade máxima de trimestral. Com isso
85 passou a apresentar, através de slides, as informações referentes às alterações a serem
86 consideradas efetuadas em função das Portarias do MS editadas, em sua maioria, em maio de
87 2014, que subtraem ou acrescem recursos de MAC. Iniciou mostrando os valores do último
88 remanejamento do limite financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
89 e Hospitalar do Estado do Ceará divulgado pela Portaria SAS/MS nº 425, de 23 de maio de 2014,
90 com efeitos financeiros vigentes vigência a partir de 1º de maio de 2014 e no final apresentou o
91 impacto financeiro causado ao Teto Financeiro do Estado, conforme segue: **Valores (em mil**
92 **reais) da Portaria SAS/MS nº 425, de 23 de maio de 2014 da Assistência de Média e Alta**
93 **Complexidade do Estado do Ceará:** ●Total de recursos transferido ao Fundo Estadual de Saúde
94 – FES: R\$ 333.400 (trezentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais); ●Total de recursos
95 transferido aos Fundos Municipais de Saúde - FMS: R\$ 1.153.578 (um bilhão, cento e cinquenta
96 e três milhões e quinhentos e setenta e oito mil reais); ●Total de recursos retidos no Fundo
97 Nacional de Saúde – FNS: R\$ 31.367 (trinta e um milhões e trezentos e sessenta e sete mil reais),
98 totalizando o montante de **R\$ 1.518.345** (um bilhão, quinhentos e dezoito milhões e trezentos e
99 quarenta e cinco mil reais). **Valores (em mil reais) das Portarias GM/MS, editadas, sendo**
100 **uma de dezembro de 2013 e onze de maio de 2014:** ●Total de recursos a serem transferidos ao
101 Fundo Estadual de Saúde – FES: R\$ 333.473 (trezentos e trinta e três milhões, quatrocentos e
102 setenta e três mil reais); ●Total de recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS:
103 R\$ 1.165.282 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões e duzentos e oitenta e dois mil reais);
104 ●Total de recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde – FNS: R\$ 31.367.000 (trinta e um

105 milhões e trezentos e sessenta e sete mil reais), totalizando o valor de **R\$ 1.530.122** (um bilhão,
106 quinhentos e trinta milhões e cento e vinte e dois mil reais), dando um acréscimo no valor de R\$
107 11.777 (onze milhões, setecentos e setenta e sete mil reais). Abrindo o debate, **Josete** Secretário
108 de Horizonte falou em relação aos CAPS informando que as portarias de habilitação dos mesmos
109 foram editadas em maio de 2014 com vigência dos recursos naquele mês, sem retroagir os
110 efeitos financeiros ao tempo de implantação dos serviços. Pergunta de que forma a CIB poderia
111 aprovar uma cobrança administrativa dos valores não pagos no período descoberto pela portaria.
112 **Vera** diz que desconhece essa forma de pagamento administrativo pelo MS mas orienta que os
113 municípios que tiveram portaria de habilitação de CAPS e outras unidades, com vigência a partir
114 de maio de 2014 e os serviços já estavam em funcionamento há vários meses e tem registro de
115 produção no sistema, devem encaminhar o pleito à CIB (com o relatório de produção anexo), que
116 após análise poderá aprovar e emitir uma só resolução. **Josete** pede ainda a cooperação técnica
117 da SESA para elaboração de revisão de programação pactuada integrada. **Vera** diz que os
118 municípios devem solicitar o apoio nas CIR para depois ser feito o consolidado pela SESA.
119 Destaca o fato de o MS não ter aprovado o aumento do Limite Financeiro do Hospital Santo
120 Antonio de Barbalha, por considerar que os valores do Limite da MAC do Ceará só estavam com
121 60% de utilização e chama a atenção dos gestores para a falta de alimentação nos sistemas de
122 informação do SUS, já que é através do registro nos Sistemas SIA e SIH que o Ministério
123 visualiza a produção e a SESA o utiliza para fazer a avaliação. Sem mais comentários a **CIB**
124 aprovou a proposta de Revisão do Teto do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade
125 (MAC) para o Estado do Ceará. **Item 1.4. Distribuição dos recursos financeiros**
126 **complementares das Campanhas de Vacinação 2014, conforme Portaria GM/MS Nº. 1.133,**
127 **de 23 de maio de 2014.** Após as explicações dadas pela técnica da SESA, Ana Wilma, sobre o
128 assunto, a **CIB** aprovou a proposta de distribuição dos recursos financeiros federais
129 complementares das Campanhas de Vacinação contra Sarampo, Influenza e HPV referente ao
130 ano de 2014, no Estado do Ceará, com vistas a atingir a população alvo de 1.219.968 crianças e
131 adolescentes e o teto mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com base nos seguintes critérios:
132 Crianças na faixa etária de 1 ano a menores de 5 anos para vacinação contra Sarampo; Inclusão
133 de todas as crianças na faixa etária de 6 meses a menores de 5 anos para vacinação contra
134 influenza; e Implantação da vacina HPV para meninas na faixa etária de 11 a 13 anos. De acordo
135 com os critérios acima, o valor de R\$ 1.690.573,20 (um milhão, seiscentos e noventa mil,
136 quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos), será repassado da seguinte forma: **A)** R\$
137 1.221.761,00 (um milhão, duzentos e vinte e um mil, setecentos e sessenta e um reais), ao Fundo
138 Municipal de Saúde dos 184 municípios, que representa 72,26% do total dos recursos. **B)** R\$
139 468.812,20 (quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e doze reais e vinte centavos) ao
140 Fundo Estadual de Saúde para custeio dos insumos e serviços necessários à operacionalização
141 das Campanhas pelos Níveis Central e Regional da SESA, o que representa 27,73% do total dos
142 recursos. **Item 1.5. Habilitação / Credenciamento de Serviços:** Após apresentação pela
143 Coordenadora de Controle, Avaliação e Auditoria, Melânia Ximenes, dos pleitos de
144 credenciamento /habilitação de leitos e serviços, a Comissão Intergestores Bipartite aprovou: **1.**
145 A habilitação de 15 (quinze) leitos do **Hospital Infantil Albert Sabin - HIAS**, para a realização
146 de Cuidados Prolongados em Enfermidades Neurológicas. **2.** A habilitação de 01 (um) Leito da
147 Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica – UTIP, Tipo II, para o **Instituto Dr. José Frota - IJF**,
148 CNES 2529149, do município de Fortaleza, passando de 6 para 7 leitos disponibilizados para o
149 SUS e autorizou a solicitação ao Ministério da Saúde do recurso correspondente ao impacto
150 financeiro anual com diárias no valor máximo anual de R\$ 174.732,80 (cento e setenta e quatro
151 mil, setecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), que totalizará o valor anual de R\$
152 1.223.129,60 (um milhão duzentos e vinte e três mil, cento e vinte e nove reais e sessenta
153 centavos) referente às 7 (sete) leitos UTIP Tipo II existentes no Hospital. **3.** A habilitação de 3
154 (três) leitos de UTI Adulto, Tipo II, para o Instituto do Câncer do Ceará – ICC (Hospital Haroldo
155 Juaçaba), instituição filantrópica, CNES 2723220, passando de 7 para 10 leitos disponibilizados
156 para o SUS e autorizou a solicitação ao Ministério da Saúde do recurso correspondente ao

157 impacto financeiro anual com diárias de mais 3 (três) leitos de UTI Adulto Tipo II no valor
158 máximo anual de R\$ 524.198,40 (quinhentos e vinte e quatro mil, cento e noventa e oito reais e
159 quarenta centavos), que totalizará o impacto financeiro anual dos 10 (dez) leitos de UTIP Tipo
160 II, no valor de R\$ 1.747.328,00 (hum milhão, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e vinte e
161 oito reais). **4. A habilitação do Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes**
162 **(CE) CNPJ N° 07954571/0022-39 e CNES N° 2479214, estabelecimento público estadual,**
163 **localizado em Fortaleza (CE), no código 0806, cirurgia vascular e procedimentos**
164 **Endovasculares Extracardíacos, incluindo o serviço de assistência de Alta Complexidade em**
165 **procedimentos Endovasculares Extracardíacos, visto que o mesmo já está habilitado em cirurgia**
166 **vascular. 5. A habilitação/qualificação de mais 03 (três) leitos de UTI Neonatal Tipo II, do**
167 **Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, entidade beneficente sem fins lucrativos,**
168 **localizada no município de Barbalha, e autorizou a solicitação ao Ministério da Saúde do recurso**
169 **correspondente ao impacto financeiro anual com diárias de mais 3 (três) leitos de UTI Neonatal**
170 **Tipo II calculado no valor máximo anual de R\$ 788.400,00 (setecentos e oitenta e oito mil, e**
171 **quatrocentos reais), que totalizará um impacto financeiro anual, referente aos 10 (dez) leitos de**
172 **UTIN Tipo II, o valor total de R\$ 2.628.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil reais).**
173 **Item 1.6. A expansão da capacidade instalada dos leitos de oncologia para adultos do**
174 **Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, de Barbalha** estabelecimento habilitado como
175 Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), num total de 16
176 novos leitos, sendo 06 destinados à clínica Médica e 10 à Clínica Cirúrgica para o atendimento
177 aos pacientes de oncologia da Macrorregião de Saúde do Cariri. Autorizou encaminhar a
178 solicitação ao Ministério da Saúde do recurso correspondente ao impacto financeiro **mensal** com
179 diárias dos 16 (dezesseis) novos leitos, no valor de R\$ 376.434,00, sendo R\$ 196.083,00
180 referentes aos 06 da clínica Médica e R\$ 180.351,00, para os 10 leitos de Clínica Cirúrgica. Ao
181 final da apresentação do item **Vera** informou que todos esses pleitos requerem recursos novos e
182 que embora o Ministério da Saúde entenda que o Ceará está com capacidade de produção muito
183 abaixo dos números preconizados, mas mesmo assim as solicitações seriam encaminhadas. **Item**
184 **1.7. Manutenção do repasse dos recursos federais no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões**
185 **de reais) ao município de Maracanaú, para complementação do custeio das despesas de**
186 **manutenção do Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda – HMJEH.** O pleito foi
187 defendido pelo Secretário de Saúde de Maracanaú que informou que as receitas alocadas ao
188 estabelecimento são insuficientes para cobrir as despesas do hospital, e que o repasse dos R\$
189 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que fora incorporado mensalmente em 2013 teria ajudado
190 com as despesas de manutenção do Hospital, precisava ser mantido em 2014, já que persistia o
191 déficit financeiro de custeio. **Vera** lembrou que o Hospital de Maracanaú que era federal fora
192 repassado ao município, mas que o incentivo de descentralização não era suficiente para manter
193 a unidade. Propõe que o gestor faça uma nova justificativa da necessidade do recurso, na forma
194 como fora feito em 2013, com vistas à elaboração da Resolução. A **CIB** aprovou a solicitação do
195 município de Maracanaú referente à alocação mensal do valor mensal de R\$ 2.000.000,00 (dois
196 milhões de reais) para custeio das despesas do Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda em
197 Maracanaú. **Item 1.8. Ampliação do limite financeiro do município de Barbalha para**
198 **atender a demanda de procedimentos de Medicina Nuclear.** Melânia explicou sobre o
199 incremento na quantidade dos procedimentos de medicina nuclear, considerando que o
200 atendimento da demanda existente na macrorregião requer a ampliação da oferta de 86 para 231
201 procedimentos a serem realizados no Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, de Barbalha,
202 que impacta no acréscimo mensal de R\$ 27.169,82 (vinte e sete mil, cento e sessenta e nove reais
203 e oitenta e dois centavos). A Comissão Intergestores Bipartite concordou com a ampliação do
204 limite financeiro do município de Barbalha para financiar os procedimentos de medicina nuclear
205 a serem acrescidos e determinou que 70% dos procedimentos no Hospital São Vicente de Paulo,
206 sejam regulados pela CRESUS. **Item 1.9. Planos de Contingência para Enfrentamento da**
207 **Dengue – exercício 2014** – A **CIB** aprovou os Planos de Contingência para Enfrentamento da
208 Dengue referente ao ano de 2014, dos seguintes municípios: Beberibe, Chorozinho, Eusébio,

209 Jaguaretama, Jaguarunana, Morada Nova, Ocara, Palhano e Russas. **Item 1.10. Projetos para**
210 **aquisição de equipamentos e material permanente, conforme Portaria MS nº. 3.134, de 17**
211 **de dezembro de 2013.** A CIB aprovou as propostas cadastradas no Fundo Nacional de Saúde,
212 referentes às Emendas Parlamentares Nº 33760006 e Nº. 33760003, apresentadas pelo Município
213 de Marco, para aquisição de Equipamentos e Material Permanente no valor total de R\$
214 1.000.000,00 (um milhão de reais), para seis Centros de Saúde do município; As Emendas
215 Parlamentares Nºs. 31250018, 90100011, 24440007 e 31380009, apresentadas pelo Município de
216 Quixeramobim para aquisição de Equipamentos e Material Permanente no valor total de R\$
217 7.279.822,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais), para o
218 Hospital Regional do Sertão Central, e as propostas cadastrada junto ao Fundo Nacional de
219 Saúde, apresentadas pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA) referentes à aquisição
220 de Equipamentos e Material Permanente para os estabelecimentos de saúde estaduais sob gestão
221 do município de **Fortaleza**, Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS); Hospital Geral de Fortaleza
222 (HGF) e Hospital Geral Dr. César Cals (HGCC) no valor total de R\$ 5.568.450,00 (cinco
223 milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais). **Item 1.11. Projeto**
224 **para habilitação do componente de Atenção Domiciliar.** A Bipartite aprovou os Projetos de
225 Implantação do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) como Componente da Atenção Domiciliar
226 (AD) do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Ceará, dos
227 seguintes municípios: **•Guaiúba**, composto de 01 (uma) Equipe Multiprofissional de Atenção
228 Domiciliar - EMAD, tipo 2 e de 01 (uma) Equipe Multiprofissional de Apoio - EMAP, para
229 atendimento à população do município. **•Ibiapina**, composto de 01 (uma) Equipe
230 Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD, tipo 2 e de 01 (uma) Equipe Multiprofissional
231 de Apoio - EMAP. **•Limoeiro do Norte**, composto de 01 (uma) Equipe Multiprofissional de
232 Atenção Domiciliar - EMAD, tipo 1 e de 01 (uma) Equipe Multiprofissional de Apoio - EMAP.
233 **•Tabuleiro do Norte**, composto de 01 (uma) Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar -
234 EMAD, tipo 2 e de 1 (uma) Equipe Multiprofissional de Apoio - EMAP, todos para atendimento
235 à população dos respectivos municípios. **Item 1.12. Credenciamento / habilitação na**
236 **Estratégia Saúde da Família.** Após apresentação dos pleitos por Vera Coelho a CIB aprovou os
237 credenciamentos na estratégia da Saúde da Família conforme segue: **Equipe de Saúde da**
238 **Família:** Uma ESF de modalidade I para cada um dos respectivos municípios: Alcântaras,
239 Icapuí, Milagres e Tururu. Duas ESF de modalidade I para cada um dos municípios de Caririçu
240 e Jardim; Uma ESF de modalidade II para o município de Iguatu. **Núcleo de Apoio à Saúde da**
241 **Família – NASF 1:** Uma equipe para cada um dos municípios de Croatá, Catarina, Itarema,
242 Tauá; quatro para Maracanaú e por ad referendum, dois para Mauriti e NASF 3: Um para o
243 município de Baixio. **Item 1.13. Formalização da Resolução Nº. 150/2014,** emitida por ad
244 referendum, referente à homologação dos Termos de Compromisso do Programa Saúde na
245 Escola (PSE) de 09 municípios: Acaraú, Cruz, Fortaleza, Jijoca de Jericoacoara, Limoeiro do
246 Norte, Marco, Pacatuba, Pereiro e Quixeré. **Item 1.14. Formalização da Resolução Nº.**
247 **149/2014,** emitida por ad referendum, que aprovou a habilitação dos Laboratórios de
248 Citopatologia, tipo 1, na Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo
249 do útero (QualiCito) no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas,
250 considerando os critérios estabelecidos na Portaria Nº. 3.388/2013, com alteração no Art. 2º. da
251 Resolução Nº. 114/2014 – CIB/CE, para exclusão do laboratório do município de Barbalha e
252 habilitação do laboratório de citopatologia, tipo 1, CEDIA – Centro de Diagnóstico, do
253 município de Juazeiro do Norte. O Plenário da Bipartite acatou a formalização das citadas
254 resoluções. EXTRA-PAUTA: **Item 1.15. Prestação de contas das Cirurgias Eletivas 9ª etapa**
255 **– Lilian** iria apresentar a prestação de contas da 9ª etapa das Cirurgias Eletivas e valores para a
256 10ª etapa mas como o arquivo não abriu falou que o valor creditado nas competências janeiro a
257 junho mais os valores que entrariam nas competências julho a setembro somaria
258 aproximadamente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) o que daria um valor per capita de
259 R\$ 1,20 (um real e vinte centavos). Informou que o saldo da 9ª etapa seria de aprox um milhão e
260 quinhentos ou um pouco menos e que propunha utilizar esse recurso com o pagamento de

261 procedimentos de neurocirurgia e cirurgia ortopédica de alta complexidade do HGF que teriam
262 sido ampliados em vários turnos no sentido de reduzir as filas de espera, e que ela Lilian, teria
263 prometido pactuar na CIB o pagamento desses procedimentos com o valor desse saldo, bem
264 como os Serviços de Terapias Renais Substitutivas, cujo pagamento requer que seja feito um
265 crédito todo mês para cobrir o déficit gerado pela insuficiência do recurso liberado pelo
266 Ministério para as TRS. Assim do valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), 30%
267 seriam destinados aos hospitais de referência e os 70% distribuídos. Disse que os municípios
268 deveriam pactuar os valores na CIR para definir quanto seria destinado aos procedimentos de
269 cada município, quantos e quem serão os executantes em cada Região, antes de trazer para a
270 CIB/CE, lembrando que deve ser observada a série numérica do programa Vida Nova. **Josete**
271 pede para concluir a pactuação na próxima reunião, para possibilitar a apresentação na reunião
272 ampliada do COSEMS. O colegiado decidiu que o assunto seria apresentado na próxima reunião
273 da CIB. Ainda com a palavra **Josete** relata que na reunião do COSEMS daquele dia teria havido
274 uma grande discussão sobre o desabastecimento de medicamentos da Assistência Farmacêutica
275 na Atenção Básica (ASFAB) e que desse debate teria sido agendada uma reunião 5ª feira à tarde
276 na APRECE com a presença de secretários, prefeitos e representação técnica da SESA através da
277 COASF e, se possível com a participação da Dra. Lilian ou do Dr. Acilon, para juntos definirem
278 os rumos a serem tomados para a política da Assistência Farmacêutica no Estado, mas que a
279 despeito de todas as dificuldades, acha que o modelo da compra centralizada é ainda uma
280 salvaguarda da política da ASFAB nos municípios. Em seguida propõe que seja dada a palavra a
281 dois prefeitos presentes para os mesmos expressarem as suas preocupações com o problema de
282 medicamentos nos municípios. Com a palavra, os senhores João Francismar Dias e Nilson Diniz,
283 respectivamente, prefeitos de Jaguaribara e de Cedro, que falaram da importância da parceria
284 com a SESA, mas também das dificuldades com a falta de medicamentos e dos entraves
285 burocráticos para aquisição desses insumos bem como das exigências dos órgãos de fiscalização
286 no atendimento às necessidades de medicamentos da população que precisa ser atendida e cobra
287 dos prefeitos esse direito. **Josete** solicita ainda, que seja apresentada na próxima reunião a
288 prestação de contas do 1º quadrimestre da Assistência Farmacêutica. **Wilames** com a palavra,
289 afirma que com a entrada da APRECE a questão da assistência farmacêutica no estado deverá
290 tomar novo rumo. Coloca a falta de prioridade como entrave para a resolução do problema.
291 Reconhece o interesse da Dra. Lilian, destacando que a mesma teria passado mais de duas horas
292 ouvindo os relatos dos secretários, em recolocar a assistência farmacêutica na pauta de
293 prioridades da SESA, mas sabe que a decisão na priorização dessa área não depende apenas dela.
294 Entende que isso não será facilmente resolvido, porque a atividade não foi considerada
295 prioridade nas políticas do governo. Afirma que o fato deverá repercutir na eleição e acha que da
296 reunião na APRECE deverá sair uma proposta concreta para o governador, com vistas a que se
297 encontre uma solução com mais rapidez. **Lilian** diz que assumira o compromisso de estar na
298 reunião da APRECE que iria convidar Secretário Executivo, mas lamenta a ausência da
299 farmacêutica Emília que é conhecedora da situação, pois está há muito tempo no processo de
300 pactuação da Assistência Farmacêutica e que se afastar para uma cirurgia, mas reconhece que é
301 preciso que se encontre uma solução, embora entenda que isso não será fácil porque envolve
302 licitação com os seus obstáculos administrativos, e as dificuldades com fornecedores que
303 entravam o processo, dentre os quais cita o pedido de alinhamento de preços antes de entregar
304 qualquer produto, atrasando ainda mais o certame. Diz que o compromisso da SESA é ver o que
305 pode ser feito para minimizar os problemas, mas há outros que fogem à governabilidade da
306 Secretaria devido aos embargos estabelecidos na lei. **Vera** conclui fechando os encaminhamentos
307 desse ponto de discussão: **1.** Apresentação da Prestação de Contas da Assistência Farmacêutica
308 (medicamentos básicos e medicamentos especializados) do 1º quadrimestre de 2014 pela SESA.
309 **2.** Reunião na APRECE com a presença da representação da SESA, através da Secretária
310 Adjunta e do Secretário Executivo, 5ª feira, 3 de julho de 2014. **Item 1.16. Credenciamento do**
311 **Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Municipal – Nascente, Tipo I, situado na**
312 **Rua Betel, s/n – Itaperi, Fortaleza/CE.** Aprovado pela CIB o credenciamento/habilitação do

313 Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Municipal Tipo I, denominado CEO Nascente
314 da gestão municipal, localizado no município de **Fortaleza**, com antecipação do incentivo
315 financeiro de implantação no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). **Item 1.17. Termos de**
316 **Compromisso do Programa Saúde na Escola (PSE)**, Aprovados os Termos de Compromisso
317 do Programa Saúde na Escola dos municípios de Barro, Brejo Santo, Iracema, Jati, Jaguaribe,
318 Jaguaribara, Milhã, Mauriti, Penaforte, Porteiras e Tabuleiro do Norte. Nada mais havendo a
319 tratar, o Colegiado Bipartite encerrou a 7ª reunião da CIB/CE de 2014, cuja Ata foi lavrada por
320 mim, Célia Fonseca, e vai assinada em folha de frequência pelos membros titulares e suplentes
321 que compareceram. Fortaleza, vinte e sete de junho de dois mil e quatorze.